

PROCESSO - A.I. Nº 206969.0030/00-0
RECORRENTE - ANL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.
RECORRIDA - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECURSO - RECURSO DE IMPUGNAÇÃO AO ARQUIVAMENTO DE DEFESA
ORIGEM - INFAZ ILHÉUS
INTERNET - 22.04.03

1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJP Nº 0163-11/03

EMENTA: ICMS. INTEMPESTIVIDADE. DEFESA FISCAL. Recurso interposto contra o despacho da autoridade que determinou o arquivamento da defesa em auto de Auto de Infração para exigência de multa, por ter sido apresentada fora do prazo legal. Confirmada a intempestividade da defesa. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O autuado ao tomar ciência da intempestividade da defesa, em 17/12/03, que se baseia no fato de ter sido intimada por Edital em 05/05/2001 (fl. 52 dos autos) e 20/06/2001 (fl. 67 dos autos), apresentou a Defesa em 14/11/2002, somente após a expedição da certidão da Dívida Ativa, mas por estar respaldado no Parágrafo único do art. 173 do RPAF/99, interpôs no prazo decenal o Pedido de Impugnação ao Arquivamento da peça defensiva (fl. 109 dos autos), alegando que de fato houve uma intimação, mas nos documentos oficiais não constam a assinatura de um dos sócios da empresa e que não houve também o registro de testemunhas que possam declarar que o mesmo foi cientificado. Diz ainda o autuado que considera que aquela forma é uma publicação de rotina e não um recebimento de Auto de Infração. Alegou que protocolou não uma defesa mas, uma impugnação ao Auto de Infração na data de 14/11/02, por que tinha consciência de que seria intempestiva por que não existia mais prazo na lei para a apresentação de defesa. Requereu a nulidade do Auto de Infração e uma revisão de todo o processo.

A PROFAZ em seu Parecer às fls.116 e 117, analisou toda a parte processual do Auto de Infração observando que consta no campo do referido Auto de Infração de que houve recusa em assinar o mesmo, e que foi feita uma intimação em 07/04/2000 que não obteve êxito, e foi feita uma nova intimação por AR em 05/05/2000, que também foi frustrada, sendo informado por agente dos correios, que o contribuinte mudou de endereço e foi feita intimação por edital em 20/06/2001, e que somente em 14/11/2002 o autuado atravessou uma petição denominada de “Impugnação contra o Auto de Infração”, onde arguiu nulidade da autuação por cerceamento ao seu direito de defesa, por que a intimação não foi realizada na forma prevista no art. 108 do Decreto nº 7629/99. Disse também que o autuado foi regularmente intimado da intempestividade da defesa e alegou que não apresentou defesa mas uma impugnação contra o Auto de Infração e requereu nulidade da autuação. Considerou que todas as tentativas de intimação são válidas e inclusive houve uma tentativa de intimação para o endereço correto, onde consta a informação de mudança de endereço da empresa e duas intimações por Edital. E por isso concluía que a defesa era intempestiva.

VOTO

Analisando os autos verifico que na petição processada em 20/02/03 o autuado impugna o arquivamento da peça defensiva, mas não traz argumento jurídico ou prova material capaz de

afastar a intempestividade da defesa que fora interposta pelo sujeito passivo em 14/11/2002, relativo ao Auto de Infração lavrado em 31/03/2000.

Examinando a luz da ordem processual vigente constata-se que os modos de intimações elencados no art. 108 do RPAF/99 foram utilizados, uma vez que consta dos autos que o contribuinte foi intimado por AR em 07/04/00 e constam carimbos do correio que o endereço era desconhecido.

Conforme previsto na legislação processual a repartição fiscal recorreu à intimação por edital para convocar o sujeito passivo a comparecer à Inspetoria Fiscal para que apresentasse defesa ou efetuasse o pagamento da multa no prazo de 30 dias, conforme cópia do Diário Oficial em 05/05/2001, à fl. 512 dos autos, e mais uma vez não obteve sucesso o que resultou no encaminhamento para inscrição em Dívida Ativa tendo o órgão da Procuradoria mais uma vez intimado o contribuinte desta vez por AR conforme fl. 62 dos autos em 21/05/2001, tendo o funcionário dos correios apostado no carimbo a informação de que o contribuinte mudou de endereço, e nova tentativa de intimar o contribuinte foi feita desta vez por Edital, pela INFAZ de Ilhéus em 20/06/2001, conforme cópia do Diário Oficial à fl. 67 dos autos.

Ocorre que somente em 20/02/2003 ao ser intimado por AR, cientificando da intempestividade da defesa é que o sujeito passivo ingressa com uma petição nos autos à fl. 109, e respaldado no art. 173 do RPAF, impugna o arquivamento onde diz que concorda que houve “uma determinada intimação”, que está provado no documento oficial que lhe fora enviado, a falta de assinatura de um dos sócios da empresa acusando o recebimento, e que não houve qualquer testemunha que possa confirmar que houve a ciência e por isso diz que “é apenas uma publicação de rotina e não uma prova de recebimento do Auto de Infração”. Alega ter certeza de que qualquer defesa nesta data seria tempestiva, que não tem acesso ao Diário Oficial e por isso não tomou ciência da intimação.

Como se vê, o autuado apenas tergiversou sem trazer contudo no seu petitório qualquer argumento jurídico que mereça acolhida, e possa afastar a intempestividade da apresentação da defesa ou peça de impugnação, visto que o *nomen juris* na linguagem processual do contencioso administrativo tem o mesmo significado.

Por todo o exposto concordo com a manifestação da PROFAZ que a defesa é intempestiva, e neste caso agiu com acerto a autoridade fazendária que promoveu o arquivamento da peça defensiva, e neste sentido voto pelo NÃO PROVIMENTO do Recurso de Impugnação ao Arquivamento de Defesa em face da IMPROCEDÊNCIA do pedido.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso de Impugnação ao Arquivamento de Defesa referente ao Auto de Infração nº 206.969.0030/00-0, lavrado contra ANL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA., devendo ser intimado o recorrente para efetuar o pagamento da multa de 220 UPFs-BA, prevista no art. 42, XIV e XIX, “a”, da Lei nº 7.014/96.

Sala das Sessões do CONSEF, 15 de abril de 2003.

ANOTONIO FERREIRA DE FREITAS - PRESIDENTE

IVONE DE OLIVEIRA MARTINS - RELATORA

MARIA JOSÉ RAMOS COELHO LINS DE ALBUQUERQUE SENTO SÉ – REPR DA PROFZ